

O patrimônio arquitetônico histórico cultural da cidade do Rio Grande – RS: uma investigação sobre o seu valor contingente

Rogério Piva da Silva

Resumo

Em todo mundo, o Patrimônio Histórico e Cultural tem se tornado fonte de riqueza para muitas cidades e regiões. No Brasil, entretanto, ainda se conhece pouco da natureza econômica e produtiva do patrimônio cultural. Neste sentido, este trabalho procurou estabelecer o tamanho econômico do Patrimônio Arquitetônico Histórico Cultural da cidade do Rio Grande-RS, berço da civilização rio-grandense, utilizando-se, para tanto, do método de Valoração Contingente. Foram entrevistados 315 indivíduos dos quais, 85%, responderam estarem dispostos a pagar pela preservação/conservação do Patrimônio histórico cultural, resultando em uma disposição média a pagar de R\$5,33 e valor contingente de R\$1.172.600,00. Também se apurou através do método de mínimos quadrados ordinários e software EvIEWS à relação positiva entre a disposição de pagar e as variáveis renda e anos de estudo. Essa avaliação econômica poderá contribuir para possíveis políticas e gestão do patrimônio cultural local.

Palavras-chave: Patrimônio, valoração, proteção.

Introdução

O Patrimônio Histórico e Cultural representa uma parcela importante na riqueza de muitas cidades e regiões. É a identidade de um povo nas provas físicas que recordam os atos e feitos de nossos antepassados, embora, por muito tempo, esse Patrimônio não tenha sido encarado como um bem de natureza econômica e, portanto, de natureza produtiva, capaz de gerar uma série de serviços e benefícios para sociedade.

Atualmente, além do maior interesse e apreciação por parte dos cidadãos pelo uso e valor que o patrimônio cultural representa, existe também uma maior importância de caráter econômico na habilitação do patrimônio histórico fruto das externalidades positivas que estes geram. Tudo isto somado a insuficiência de recursos públicos para atender a este fim específico, justifica a busca por alternativas de financiamentos capazes de unir a iniciativa privada e o setor público nesta tarefa.

Neste sentido, este trabalho procurou estabelecer o tamanho econômico do Patrimônio Arquitetônico Histórico da cidade do Rio Grande, berço da civilização Rio-grandense.

Uma vez que o valor econômico de uma Catedral, de um prédio ou entorno histórico, artístico e cultural se fundamenta no bem-estar que a sociedade recebe, tanto dos fluxos de bens e serviços que estes geram, como nos valores sociais oriundos do bem público, fazendo uso ou

apenas ambicionando preservá-lo para o desfrute de futuras gerações, utilizou-se para a investigação sobre o valor do patrimônio arquitetônico histórico cultural da cidade do Rio Grande o método da Valoração Contingente.

Caracterização da Área de Estudo

Rio Grande, o mais antigo município do Estado do Rio Grande do Sul, - distante 317km ao sul da capital do Estado, Porto Alegre (Fig. 01), com uma população de aproximadamente 220 mil habitantes e um PIB de cerca de 04 bilhões de reais, localiza-se na planície costeira sul, tendo como limites: ao Norte, o município de Pelotas e a Laguna dos Patos; ao Leste, o Oceano Atlântico e o Canal do Rio Grande; a Oeste, os municípios de Capão do Leão, Arroio Grande e a Lagoa Mirim; e ao Sul, o Município de Santa Vitória do Palmar.



Figura 01: Mapa do Brasil com a localização da cidade do Rio Grande-RS

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de www.metalurgicajama.com.br/localização

Rio Grande foi a primeira capital do Estado, teve a primeira câmara de Vereadores (1761), a mais antiga loja maçônica do Estado (1840), a primeira Câmara de Comércio (em 1844, quarta entidade de classe mais antiga do Brasil), a primeira biblioteca pública do Rio Grande do Sul (1846), o primeiro farol (Farol Capão da Marca, inaugurado por Dom Pedro II em 1849), a primeira mulher formada em medicina no país (Rita Lobato Velho-1887), e o time de futebol mais antigo do Brasil, o Esporte Clube Rio Grande, fundado em julho de 1900.

No que se refere ao Patrimônio Arquitetônico Histórico a cidade não é diferente.



Figura 02: Catedral de São Pedro
Fonte: Rio Grande Virtual, 2005.



Figura 03: Antigo Quartel General
Fonte: Rio Grande Virtual, 2005.

Dentre os inúmeros prédios históricos cita-se a Catedral de São Pedro, Igreja mais antiga do Estado, construída em 1755, em estilo Barroco (fig. 02). No centro histórico da cidade, ve-se o antigo Quartel-General em estilo eclético, datado de 1894 (fig. 03) e a Capela da Ordem terceira de São Francisco, construída em 1792, pelo Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira e doada a comunidade em 1797, conhecida como a “Igreja dos negros e escravos” (fig. 04).



Figura 04: Capela São Francisco
Fonte: Rio Grande em Fotos, 2005.



Figura 05: Prédio da Antiga Alfândega
Fonte: Rio Grande em Fotos, 2005.

O prédio da antiga Alfândega (fig. 05), com sua construção iniciada em 1875 e terminada em 1879, em estilo neoclássico. Atualmente serve de sede ao Museu da cidade - tombado como Patrimônio Histórico Nacional. O atual Hotel Paris (fig. 06), datado de 1826, tombado em 1986, funcionava como casa de armador de navios.



Figura 06: Hotel Paris
Fonte: Rio Grande Virtual, 2005.



Figura 07: Biblioteca Rio-Grandense
Fonte: Rio Grande virtual, 2005.

A Biblioteca Rio-Grandense (fig. 07), fundada pelo Português João Barbosa Coelho, em 1846 em estilo neoclássico, abriga a mais antiga biblioteca do Estado. Seu acervo possui mais de 200 mil títulos, sendo 1520 obras consideradas raras. O Sobrado dos azulejos é o único sobrado urbano do século XIX, em estilo neoclássico e todo revestido de azulejos portugueses da região Sul do país (fig. 08). Foi construído em 1862 por Antônio Benone Martins Viana. O prédio foi tombado como patrimônio histórico do Estado, em 1986.



Figura 08: Sobrado dos Azulejos
Fonte: Rio Grande em Fotos, 2005.



Figura 09: Prefeitura Municipal
Fonte: Rio Grande em Fotos, 2005.

O prédio da prefeitura municipal (fig. 09) destaca-se por seus diferentes estilos e beleza arquitetônica. Construído em estilo colonial foi restaurado em 1895 quando passou a abrigar a Intendência Municipal. No início do século XX recebeu um tratamento neoclássico, estilo que mantém até hoje.

Fundamentação Teórica

A utilização de metodologias para a investigação do valor contingente do patrimônio histórico e cultural, dentro do qual se encontra o patrimônio arquitetônico, é um fenômeno recente na análise econômica. Um dos primeiros e mais emblemáticos trabalhos desta natureza foi o de Navrud, Petersen y Strand (1992), com a ampliação do método de valorização contingente para a Catedral de Nidaros, na Noruega, e que tinha por objetivo calcular os valores sociais perdidos devido a corrosão ocasionada pela contaminação atmosférica neste importante monumento histórico. Stefano Pagiola, em 1996, analisa a relação entre os investimentos em cultura patrimonial e o desenvolvimento econômico.

Outros exemplos importantes dentro do tema da valorização econômica de bens, que fazem parte do patrimônio arquitetônico histórico, foram desenvolvidos pelo Banco Mundial. O primeiro data de 1997 e teve por objetivo valorar os benefícios da conservação da Medina de

Fés¹, em Marrocos. O segundo tratou da análise econômica da conservação do Centro Histórico de Split², na Croácia, realizado em 1998.

O projeto que previa valorar os benefícios da Medina de Fés foi realizado com a intenção de financiar a conservação e reabilitação desta Medina, com particular atenção sobre a reabilitação do conjunto de edificações de importância histórica, dando o devido cuidado a qualidade do meio ambiente urbano. Sendo assim, o trabalho centrou esforços em descobrir a disposição a pagar dos possíveis beneficiados pela conservação da mesma. O método utilizado para isto foi o da Valorização Contingente e o formato dos questionários foi o de pergunta dicotômica simples.

Por outro lado, o trabalho aplicado a cidade de Split, construída dentro das muralhas do Palácio do Imperador Romano Diocleciano, a mais de 1700 anos, localizada na costa da Croácia, utilizou o método de valorização contingente mas, através de um questionário de pergunta dicotômica dupla.

Atualmente uma visão mais positiva por parte da população, quanto à conservação e preservação do patrimônio histórico e cultural, tem contribuído ao aumento do bem-estar da sociedade em geral. Apesar disto, segundo Moreno (1997), a intervenção pública se realiza sem o devido conhecimento dos resultados econômicos, fruto desta intervenção, por falta de informações e modelos adequados para sua análise.

Desta forma, o patrimônio histórico e cultural deve ser considerado, desde o ponto de vista da análise econômica, como um bem público e semi-público e que, portanto, deve ser analisado de forma diferente dos bens privados.

Segundo Pindyck e Rubinfeld (2002), um bem é considerado público quando beneficia todos os consumidores, mas cuja oferta de mercado é insuficiente ou inexistente. A maioria são bens públicos que provocam externalidades. Em termos econômicos, uma externalidade ocorre quando uma pessoa (ou um agente) resulta beneficiada ou prejudicada pela ação de outra pessoa (ou agente), e não se produz entre eles nenhum tipo de compensação.

¹ Fés, a mais antiga das Cidades Imperiais do Marrocos, fundada em 789 D.C., foi capital do país por mais de 400 anos (até 1912, quando a França decidiu mudar a capital para Rabat) e é o principal centro cultural e religioso do país. Fés abriga a mais antiga universidade do mundo, além de ser também a mais completa cidade medieval do mundo árabe. Em 1981, foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO (World Bank & Royaume Du Maroc, 1998).

² Split é uma cidade Croata de 200.000 habitantes que se encontra na Costa de Dalmacia. Split surgiu no ano de 245 a.C., localiza-se a mais de 1000 metros de altura e foi crescendo ao redor das dependências do Palácio de Dioclesiano. Atualmente, a Catedral da cidade serve de túmulo para o Imperador Dioclesiano. O centro histórico de Split é um Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, desde 1979.

Mankiw (2006) afirma que a externalidade surge quando uma pessoa se dedica a uma ação que provoca um impacto no bem-estar de um terceiro que não participa dessa ação, sem pagar ou receber nenhuma compensação por esse impacto.

Aspectos Metodológicos

Este estudo foi desenvolvido de acordo com o raciocínio dedutivo buscando analisar o valor contingente do Patrimônio Histórico Cultural da cidade do Rio Grande. Marconi e Lakatos (2006) enfatizam que o método dedutivo caracteriza-se pela conexão descendente entre a teoria e a ocorrência dos fenômenos, a teoria em evidência, neste caso, trata-se da verificação da disposição a pagar pelo Patrimônio Arquitetônico Histórico Cultural.

Quanto aos seus objetivos o estudo classifica-se como pesquisa descritiva, que segundo Koche (1997), estuda as relações entre duas ou mais variáveis de um dado fenômeno sem manipulá-las, também constata e avalia essas relações à medida que essas variáveis se manifestam espontaneamente em fatos, situações e nas condições que já existem.

Quanto aos métodos de procedimento, esta pesquisa classifica-se como pesquisa de campo, que de acordo com Oliveira (2001), consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente para posteriores análises, possibilitando o estabelecimento de relações constantes entre determinadas condições (variáveis independentes) e determinados eventos (variáveis dependentes), observados e comprovados.

A técnica de coleta de dados empregada na pesquisa foi questionário com questões previamente formuladas e testadas. A amostra da pesquisa foi por conveniência.

Quanto à forma de abordagem do problema esta pesquisa classifica-se como quantitativa e qualitativa. Raupp e Beuren (2004) ressaltam que nas ciências sociais aplicadas é bastante usual a pesquisa qualitativa, pois a contabilidade, a administração e a economia, apesar de lidarem intensamente com números, são ciências sociais e não exatas.

A técnica utilizada para análise dos dados foi a análise qualitativa do conteúdo dos questionários que, segundo Martins (2002), busca descrever ou interpretar o conteúdo das mensagens.

Método da Valoração Contingente

O Método de Valoração Contingente é uma das poucas técnicas capazes de estimar o valor de bens para os quais não existe mercado. Trata de simular um mercado mediante entrevista aos consumidores potenciais. Neste método, os questionários desempenham o papel de mercado

hipotético, no qual a oferta vem representada pela pessoa entrevistadora e a demanda pela entrevistada.

Este método tenta medir, em valores monetários (no caso, em Reais), as mudanças no nível de bem-estar das pessoas devido a um incremento ou diminuição da quantidade e/ou qualidade de um bem. No caso dos que não implicam um custo monetário direto para o consumidor, a disposição a pagar pelo bem equivale ao benefício que tal consumidor obtém. Por exemplo, uma pessoa que desfruta de uma praça pública perto de sua residência, a qual não precisa pagar entrada, terá como benefício para cada visita o equivalente ao que estaria disposta a pagar como máximo em conceito de preço de entrada, Pearce e Turner (1995).

A disposição média a pagar, neste estudo, pode ser expressa como:

$$DP_m = \sum_{t=1}^{316} DP_t (1/n)$$

e a disposição a pagar como:

$$DP_t = DP_m (Pop)$$

Onde:

DP_m = disposição média a pagar (considerando todos os indivíduos amostrados)

n = indivíduos entrevistados

DP_t = disposição total a pagar

Pop = População residente

Método Econométrico

O modelo utilizado foi o linear geral³. O modelo linear geral inclui K variáveis explicativas e sua equação tem, em termos gerais, a seguinte expressão:

$$Y_i = b_0 + b_1X_{1i} + b_2X_{2i} + \dots + b_kX_{ki} + u_i$$

Onde:

$i = 1, 2, \dots, n$ e,

$j = 0, 1, 2, \dots, k,$

³ Baseado em Matos (1995)

Sendo n o tamanho da amostra e k o número de variáveis explicativas. O modelo tem, portanto, $k + 1$ parâmetros.

O software utilizado foi o Eviews e a disposição a pagar dos indivíduos em relação a preservação do patrimônio histórico foi expressa por:

$$DP_i = f(R_i, E_i) \quad (i=1,2,3, \dots, 316)$$

Onde:

DP_i = disposição a pagar pela preservação/conservação;

R_i = Nível de renda dos entrevistados;

E_i = Anos de estudo dos entrevistados;

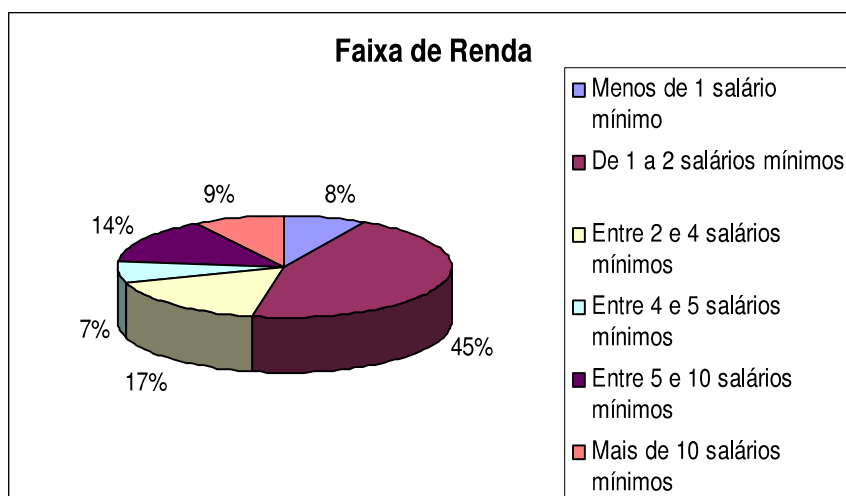
Os resultados esperados são de coeficientes positivos uma vez que parece ser lógico, que pessoas com maior nível de renda e anos de estudo estejam dispostos a contribuir de forma mais efetiva pela preservação e conservação do patrimônio histórico.

Resultados

Perfil da Amostra

Os entrevistados foram, na sua grande maioria, riograndinos de nascimento, 73%. Cerca de 68% dos abordados estão empregados com carteira assinada ou tem negócio próprio. Quanto ao perfil sócio-econômico, podemos afirmar que a renda da maioria dos entrevistados está na faixa salarial entre 1 e 4 salários mínimos (Gráfico 01), vigente durante o período de coleta dos dados.

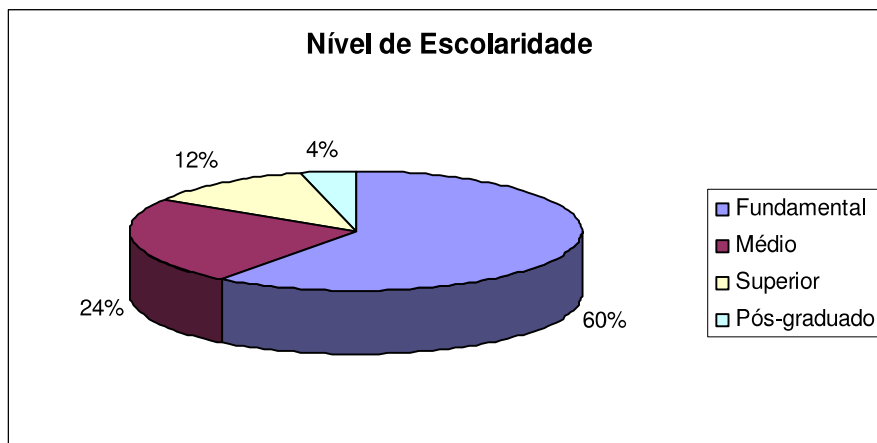
Gráfico 01 – Faixas de Renda



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos coletados na entrevista, 2005.

A faixa etária de 61% dos indivíduos que participaram do estudo está entre 18 e 40 anos. O nível de instrução (Gráfico 02) de 60% é o ensino fundamental, seguido pelos com ensino médio, com 24%. Dos demais, 12% são graduados e 4% pós-graduados.

Gráfico 02 – Nível de Escolaridade

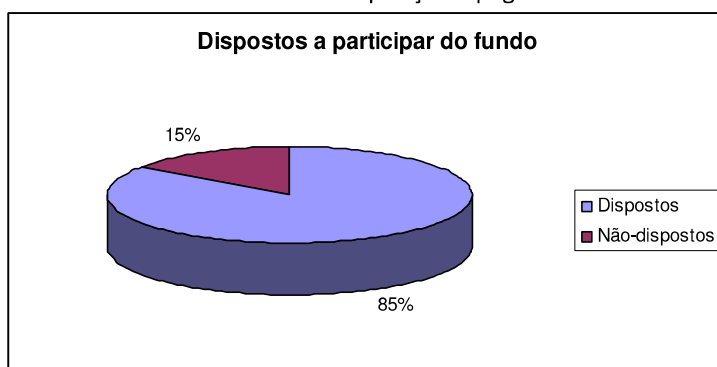


Fonte: Elaborado pelo autor, 2005.

Dados relativos à Investigação do Valor Contigente

Quando os entrevistados foram questionados: “Você estaria disposto a colaborar de forma efetiva com a manutenção e/ou conservação do Patrimônio Arquitetônico Histórico da Cidade do Rio Grande?”, 85% afirmaram positivamente estar dispostos a participar (Gráfico 03).

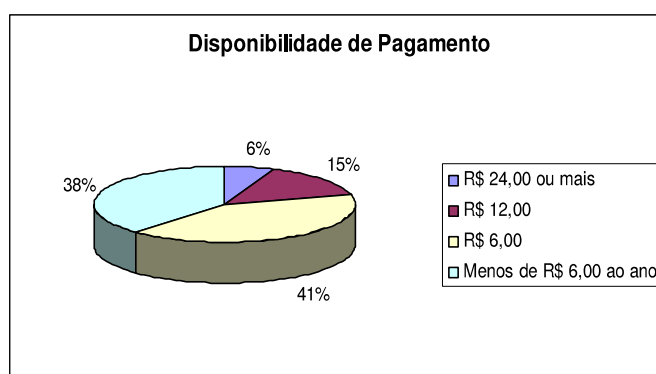
Gráfico 03 – Disposição a pagar



Fonte: Elaborado pelo autor, 2005.

Dos 15% dos entrevistados que responderam negativamente, 48% afirmaram ser motivos para não participar o fato de já existirem muitos impostos e que a conservação e a restauração do patrimônio histórico cultural deve ser uma obrigação do Estado.

Gráfico 04 – Disponibilidade de Pagamento



Fonte: Elaborado pelo autor, 2005.

Quanto à disponibilidade de pagamento, para 79% dos entrevistados é de até R\$ 6,00 por ano. Após a aplicação do método, chegou-se à disposição média a pagar de R\$5,33, estimando um valor contingente, do Patrimônio Arquitetônico Histórico Cultural da Cidade do Rio Grande de R\$1.172.600,00.

Análise Econométrica

Estimou-se, a partir do Método dos Mínimos Quadrados Ordinários, e *software* Eviews, a relação de casualidade entre a variável dependente, disposição a pagar, e as variáveis explicativas, nível de renda e anos de estudo (escolar).

Dependent Variable: DP Method: Least Squares

Sample: 1 315 Included observations: 315

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.949948	0.410691	-2.313049	0.0214
RENDA	0.007714	0.000287	26.87686	0.0000
ESCOLAR	0.220575	0.068755	3.208148	0.0015
R-squared	0.799404	Mean dependent var		5.482540
Adjusted R-squared	0.798118	S.D. dependent var		6.708359
Log likelihood	-593.0040	F-statistic		221.6806
Durbin-Watson stat	1.716649	Prob(F-statistic)		0.000001

O R^2 mostra que a regressão é responsável por, praticamente, 80% da variação amostral. As variáveis se mostram significativas em 95%. Tanto a renda, como os anos de estudo apresentaram sinal coerente com a hipótese inicial. Outro ponto importante, demonstrado

nos dados, é que a variável anos de estudo tem maior impacto sobre a disposição a pagar do que o nível de renda.

Considerações finais

A análise dos dados sinaliza a disposição da grande maioria da população rio-grandina, em participar de maneira efetiva na preservação e conservação do Patrimônio Histórico Cultural.

Do total dos entrevistados, 73% são rio-grandinos de nascimento, 53% estão formalmente empregados e 15% tem negócio próprio. Quanto ao perfil sócio-econômico, 70% têm renda igual ou inferior a 4 salários mínimos e tem, predominantemente, nível de instrução fundamental. O valor contingente estimado do Patrimônio Arquitetônico Histórico Cultural da cidade do Rio Grande, calculado a partir de uma disposição média a pagar de R\$5,33, foi de R\$ 1.172.600,00. Este valor sinaliza o quanto os residentes valorizam parte de sua história.

A análise econométrica dos dados relacionou a disposição a pagar, que foi considerada a variável explicada, com o nível de renda e anos de estudo, variáveis explicativas. Os resultados mostraram que estas variáveis explicam, praticamente, 80% da disposição das pessoas a pagar pela preservação, conservação e/ou manutenção do Patrimônio Arquitetônico Histórico Cultural da cidade do Rio Grande, com nível de significância superior a 95% e que, quanto maior a escolaridade, maior a preocupação e participação dos indivíduos na conservação de sua identidade através da preservação de seu Patrimônio Histórico Cultural.

Referências bibliográficas

KOCHE. *Fundamentos de Metodologia Científica*. Teoria e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997.

Mankiw, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Matos, Orlando C. *Econometria Básica: Teoria e aplicações*. São Paulo: Atlas, 1995.

Moreno, F. La dimensión económica del Patrimonio Histórico: Punto de partida para soluciones nuevas. *Patrimonio Cultural y Derecho*, pp. 213-230, 1997.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de Metodologia Científica: Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses*. São Paulo: Pioneira, 2001.

Pagiola, S. Economic Analysis of Investments in *Cultural Heritage*: Insights from Enviromental Economics. Enviromental Department, Washington, D.C.: World Bank, 1996.

Pearce, D. W., and R. K. Turner. *Economía de los Recursos Naturales y del Medio Ambiente*. Madrid: Celeste Ediciones, 1995.

Pindyck e Rubinfeld. *Microeconomia*. 5ª ed. São Paulo: Afiliada, 2002.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Rio Grande em fotos. Disponível em: www.riograndeemfotos.com.br. Acesso em: 14/07/2008.

Rio Grande Virtual. Disponível em: www.riograndevirtual.com.br. Acesso em: 21/04/2008.

World Bank & Royaume Du Maroc. *Rehabilitation of the Fez Medina*. Proyect Summary Document. Washington, D. C.. World Bank, 1998.

<http://www.edukbr.com.br/> Acesso em 20/05/2010.

Autor

Rogério Piva da Silva

Mestrando em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL; Professor Associado do Instituto de Ciências Economia, Administrativas e Contábeis - ICEAC - FURG.